



LOAT

Palestra apresenta proposta a filiados

Págs. 4 e 5



Arrecadação do ICMS mato-grossense é inferior a de outros Estados

Pág. 2

MPE acata denúncia do SINFATE e questiona Lei 9.815

Pág. 3

Novo site é apresentado em planejamento estratégico

Pág. 3

EDITORIAL

No Dia do Auditor Fiscal, 21 de setembro, comemoramos os avanços conquistados na carreira, mas, principalmente, celebramos a importância destes profissionais para assegurar a correta aplicação dos recursos no Estado. Nossa postura também é a de zelar pela legalidade nos processos públicos. Ancorado nisso, o SINFATE elaborou um estudo que demonstra a inferioridade na variação da arrecadação do ICMS de Mato Grosso, em comparação a outros Estados.

O SINFATE também protocolizou uma representação no Ministério Público contra uma Lei de autoria do deputado estadual Dilmar Dal Bosco, que dá mais poder ao Executivo, e altera penosamente o funcionamento do Conselho de Contribuintes. O

SINFATE também promoveu palestra sobre a minuta da LOAT com participação dos diretores da Fenafisco, com o objetivo de apresentar a proposta aos filiados e conclamá-los a se envolverem com sugestões.

Portanto, o período é oportuno para refletirmos sobre a nossa responsabilidade como profissionais e como cidadãos. Parabéns a todos os Fiscais de Tributos Estaduais, que são os auditores fiscais em Mato Grosso, e honram esta carreira tão admirável!

Boa leitura!

Ricardo Bertolini
Presidente do SINFATE/MT



ICMS

Mato Grosso apresenta arrecadação inferior a de outros Estados

Nos últimos cinco anos, Mato Grosso não avançou na arrecadação do Imposto Sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e Sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS). É o que demonstra um levantamento feito pelo SINFATE/MT, já que o Estado obteve variação de 66,3%, entre 2006 e 2011, diferentemente dos Estados de Goiás (110,2%), Mato Grosso do Sul (79,9%), São Paulo (76,7%) e Rondônia (94,7%).

Segundo o presidente do SINFATE, Ricardo Bertolini, os baixos valores podem ser consequências do alto índice de sonegação, ou devido a forte política de desoneração do governo. O mais preocupante é que com o baixo crescimento das receitas próprias, os in-

vestimentos do Estado ficam dependentes unicamente de transferências de capital da União, sob as quais o Executivo Estadual não tem governabilidade, ou de realização de empréstimos, que comprometem orçamentos futuros.

"Como em 2011 a realização dessas receitas ficou bem abaixo do esperado, o governo estadual fechou o ano com um déficit orçamentário de 240 milhões de reais, conforme relatório do Tribunal de Contas Estadual [TCE]". O estudo completo do SINFATE está disponível no endereço eletrônico www.sinfate.org.br/receitaestadual/1/Arrecadacao.



EXPEDIENTE

Boletim Informativo do Sindicato dos Fiscais de Tributos Estaduais de Mato Grosso

Diretoria Triênio 2012/2014

Presidente: Ricardo Bertolini
Vice-Presidente: Adilson Garcia Rúbio
2º Vice-Presidente: Ana Maria Camilo
Diretora Administrativa: Denize Aparecida Capilé Guedes
Diretor Financeiro: José Roberto Miorim

Diretor de Divulgação:

Erlaine Rodrigues Silva

Diretor de Relações Sindicais:

Yuri de Oliveira Bambirra

Diretor de Aposentados e Pensionistas:

Ângela Maria Maciel Barros

Diretor para Assuntos Parlamentares:

Wilson Amizo

Diretor de Projetos Especiais:

Ivete Nunes Barbosa Novelo

Diretor de Saúde No Trabalho:

Carlos Antônio da Rocha

Diretor Jurídico: Estevam Costa Marques

SINFATE/MT

Rua Marechal Floriano Peixoto, 1.640

Bairro Duque de Caxias

Cep: 78.043-395 - Cuiabá/Mato Grosso

(65) 3624-2605

Produção

Pau e Prosa Comunicação

Jornalista responsável: Regina Deliberai

Trevisan

Edição: Nara Assis

Redação: Lisânia Ghisi

(65) 3664-3300 / contato@paueproza.com.br

Planejamento Estratégico

SINFATE apresenta próximas ações e novo site

O presidente do SINFATE, Ricardo Bertolini, e a diretora de Divulgação, Erlaine Rodrigues Silva, compartilharam as novas ferramentas do site institucional com os participantes da reunião de planejamento estratégico, no dia 30 de setembro. Uma das novidades do www.sinfate.org.br é o ícone "Rádio", com o intuito de divulgar, por meio de gravações, informações de interesse dos filiados.

A inclusão das redes sociais também foi ressaltada como importante forma de divulgação. Para o presidente do SINFATE, a nova página reforça o compromisso com a sociedade e filiados, que terão acesso às informações tributárias e ações da entidade com mais facilidade.



Plano inclui capacitação

Após a apresentação da nova página, os filiados participaram do planejamento das ações e compromissos do SINFATE/MT para os próximos anos. Entre os itens, está a garantia de capacitação para os Fiscais de Tributos. "Vamos cobrar da Secretaria de Estado de Fazenda (SEFAZ) essa formação para os fiscais na mesma medida em que eles são cobrados quanto ao cumprimento das metas de trabalho", frisa Ricardo Bertolini.

Outro destaque está relacionado à integração dos filiados às reuniões de discussão para elaborar o orçamento estadual, com o objetivo de garantir o cumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal. A sugestão é promover estudos para que os servidores proponham alterações aos deputados, que são responsáveis pela aprovação da Lei orçamentária.

Inconstitucionalidade

MPE acata representação do SINFATE contra Lei 9.815

O Ministério Público Estadual (MPE) acatou representação feita pelo SINFATE/MT, no dia 20 de setembro, contra a Lei 9.815, publicada no dia 17 do mesmo mês. De autoria do deputado Dilmar Dal Bosco, a matéria altera significativamente a Lei que regulamenta o Processo Administrativo Tributário (PAT) e a atuação do Conselho de Contribuintes. O MPE entrou com uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) contra a legislação.

Na prática, a nova Lei promove a desregulamentação legal do PAT, delega ao Poder Executivo a tarefa de fazer essa regulamentação por normas infralegais, e fere a Constituição Federal, porque transmite a função de julgar os processos interpostos pelo contribuinte a servido-

res que não fizeram concurso público para tal. Também atenta contra a Constituição Estadual que, em seu artigo 39, dispõe que a competência para organização de carreiras é exclusiva do chefe do Executivo.

"É preciso garantir a ampla defesa do contribuinte e que o recurso apresentado por ele seja analisado pelas pessoas com competência legal para essa função", frisa o presidente do SINFATE, Ricardo Bertolini. Esta é a segunda vez que o deputado Dilmar Dal Bosco propõe Lei inconstitucional. A primeira foi a 9.723/12, que também foi objeto de ADI por parte do MPE após representação do SINFATE, já que são matérias que ferem diretamente as prerrogativas dos Fiscais de Tributos Estaduais.

SINFATE participa da reunião extraordinária da Fenafisco

O SINFATE/MT integrou as discussões sobre a proposta referente à criação da Lei Orgânica da Administração Tributária (LOAT), na reunião extraordinária da Federação Nacional do Fisco (Fenafisco), dias 26 e 27 de setembro, em Porto Velho (RO).

Outra questão apresentada no evento foi a Previdência dos Servidores Estaduais. Conforme

o presidente do SINFATE, Ricardo Bertolini, o governo federal está criando um "fundão", chamado "Previ Federação". A orientação da Fenafisco é que os sindicatos filiados pautem o assunto nas discussões estaduais. Além disso, ficou definido que, em 2013, a Fenafisco realizará reunião em Mato Grosso.

Fenafisco ministra palestra para filiados do SINFATE

Com o objetivo de apresentar a proposta da Federação Nacional do Fisco Estadual e Distrital (Fenafisco) para a Lei Orgânica da Administração Tributária (LOAT), o SINFATE promoveu palestra sobre o assunto aos filiados, no dia 05 de novembro, na Escola Fazendária, com a presença do presidente da Federação, Manoel Isidro dos Santos Neto.

A proposta da LOAT foi apresentada pelo diretor de Formação Sindical e Relações Intersindiciais, Liduíno Lopes de Brito. Ainda no dia 05, o SINFATE também realizou palestra sobre a Previdência do Servidor Público, ministrada pelo diretor de Aposentados e Pensionistas, Marco Aurélio Cavalheiro Garcia. "Nossa proposta é organizar a carreira da Administração Tributária e fortalecer a instituição pública, portanto é imprescindível que a categoria participe ativamente desse processo", destacou o presidente da Fenafisco.



Sugestões - Para o presidente do SINFATE, Ricardo Bertolini, o evento foi produtivo. "O principal objetivo foi proporcionar conhecimento aos Fiscais de Tributos Estaduais e oportunidade de contribuírem com a proposta da Fenafisco". O SINFATE recebeu, analisou as sugestões e encaminhou à avaliação do Conselho Deliberativo, na reunião extraordinária realizada nos dias 20 e 21 de novembro, em Rio Branco, no Acre.

A importância de organizar a Administração Tributária

Atualmente, apenas os Estados do Pará e Rio Grande do Sul possuem uma Lei orgânica específica. Com a LOAT, a Administração Tributária será regulamentada nacionalmente, isto é, valerá para União, Estados e Municípios. Mas para que ela seja apresentada à presidência da República, a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 186, que exige a criação da Lei Orgânica, precisa ser aprovada no plenário do Congresso Nacional.

Por isso, a participação dos fiscais é importante não apenas na elaboração da proposta, mas também no convencimento junto aos parlamentares para aprovação da PEC, que tramita na Comissão de Constituição, Cidadania e Justiça (CCJ).

O diretor de Formação Sindical e Relações Intersindiciais da Fenafisco, Liduíno Lopes de Brito, explicou que essa Lei é fundamental para a garantia



de direitos aos profissionais da carreira. "A autonomia e independência, principalmente com relação aos cargos – que terão de ser exercidos por profissional da carreira – são os principais pontos positivos que constam na proposta".

Participação da categoria para assegurar e manter direitos

A importância de continuar participando das mobilizações do Sindicato foi destacada na palestra proferida pelo diretor de Aposentados e Pensionistas da Fenafisco, Marco Aurélio Cavalheiro Garcia. "Somente dessa forma conseguimos manter direitos e alcançar novas conquistas para a carreira", avaliou.



Ele citou a Emenda Constitucional (EC) 41/2003, que estipulou a cobrança da contribuição previdenciária sobre os proventos de aposentados e pensionistas. Para tentar reverter esse quadro, a categoria busca a inclusão da Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 555 na Ordem do

Dia na Câmara dos Deputados. "Vários requerimentos de inclusão foram feitos pelos parlamentares, inclusive pelos deputados de Mato Grosso. É preciso engajamento de todos os fiscais para intensificar o convencimento acerca da importância dessa matéria".

Também foi citada a minirreforma da previdência, considerada uma afronta aos direitos conquistados. "É uma proposta que acaba com a vitaliciedade, reduz mais ainda os valores dos benefícios e impõe o conceito de dependência econômica mediante comprovação", acrescentou Marco Aurélio.

Defesa de direitos dos filiados

Os filiados consideraram as palestras fundamentais para o entendimento da proposta da LOAT e o conhecimento das ações voltadas à previdência. "São assuntos de interesse da categoria. Acredito que a padronização da Administração Tributária vai fortalecer ainda mais o Fisco", salientou o Fiscal de Tributos Estaduais, Joilso Soares de Andrade.



No entendimento da Fiscal de Tributos Estaduais, Ana Maria Pereira, a iniciativa intensifica a defesa de prerrogativas e direitos essenciais da carreira, o que reflete em mais segurança. "É uma proteção tanto para a categoria quanto para a sociedade em geral, porque estamos discutindo propostas que visam o aperfeiçoamento da Administração Tributária".

Já aposentado, o diretor de Assuntos Parlamentares do SINFATE, Wilson Amizo, reforça a importância do envolvimento de todos os filiados. "O principal objetivo do sindicato é fortalecer a categoria e contribuir para a Administração Tributária Estadual, e isso só é possível com a participação de todos: os ativos, aposentados e pensionistas".



“O que queremos é a autonomia da Administração Tributária”, afirma presidente da Fenafisco

Durante a passagem por Cuiabá, onde participou da palestra sobre a LOAT, o presidente da Fenafisco, Manoel Isidro dos Santos Neto, falou sobre o assunto e destacou a participação dos servidores nas discussões.

Veja um trecho da entrevista a seguir. A íntegra também estará disponível na rádio do SINFATE, no www.sinfate.org.br, de forma gradativa, semanalmente.

SINFATE – O que compreende o projeto de Lei Orgânica Nacional de Administração Tributária (LOAT) e o que há de benefício?

MANOEL ISIDRO – O nosso projeto de Lei Orgânica Nacional é audacioso. Ele não trata apenas da carreira, mas também da estruturação do órgão tributário. De certa forma as Administrações Tributárias estadual e federal já têm uma estrutura organizada, porém ainda existem cerca de cinco mil municípios do país sem essa organização. O projeto da LOAT traz essa estruturação, que em alguns Estados é denominada Secretaria das Finanças, ou de Fazenda, de Receita, ou de Tributação. As Administrações Tributárias dos Estados têm nomes diferentes, mas queremos dar status de secretaria ao setor de tributação existente nestes órgãos, isto é, conferir autonomia.

SINFATE – Existem Estados que possuem leis de Administração Tributária? Por que é importante criar uma legislação nacional?

MANOEL ISIDRO – Desde 2004, quando iniciaram-se as discussões sobre o tema, a estrutura das secretarias e a carreira dos servidores melhoraram muito. Isso acabou gerando um avanço em alguns Estados e hoje o Rio Grande do Sul e o Pará já possuem normativas semelhantes ao que o projeto da LOAT propõe. Enquanto não há avanço da LOAT junto ao Congresso Nacional, é importante que as unidades de federação trabalhem para

formar um projeto de Lei orgânica estadual. A aprovação de uma Lei nacional como Lei Complementar é importante porque obriga todos os entes da federação (União, Estados e Municípios) a observarem o que a Lei preconiza. Com isso, a estrutura das Administrações Tributárias em todo o País é padronizada, com o objetivo de diminuir as ingerências externas na tributação e arrecadação de impostos.

SINFATE – Qual a necessidade de discutir a LOAT?

MANOEL ISIDRO – As nossas discussões envolvem a sociedade e a divulgação destas informações acaba criando uma consciência crítica e política sobre a necessidade de melhorarmos a situação tributária do país. É de suma importância que todos os membros da categoria participem da construção desta proposta, que ainda tem muitas questões a serem melhoradas. Enquanto não se torna uma Lei, enquanto ainda é um projeto, temos condições de discutir, modificar e melhorar as questões.

SINFATE – Quais propostas da LOAT podem ser destacadas?

MANOEL ISIDRO – A principal intenção é criar uma Lei que reúna todos os apontamentos que versam sobre o Fisco, tanto na questão do órgão, como na carreira. A LOAT compreende uma harmonia maior da legislação fiscal. A criação da figura do Auditor Geral Tributário é outro ponto destacável. Este representan-



te será eleito por meio de uma lista tríplice elaborada pelos servidores e, a partir dos nomes citados, o governador nomeará o responsável. A criação deste representante evitaria escolhas políticas e a inserção de pessoas que não compreendem por completo a Administração Tributária e, conseqüentemente, reduziria a ingerência externa.

SINFATE – Com a criação da LOAT, quais os ganhos para o Estado, servidores e sociedade?

MANOEL ISIDRO – Para o Estado, o ganho principal será a diminuição do desgaste político, pois o próprio governante irá compreender que possui um órgão específico e que este é responsável pela arrecadação e tributação. Será um órgão de autonomia, em que os servidores da categoria poderão ter maior liberdade de atuação. Atualmente, o Fisco trabalha com ‘freio de mão puxado’, queremos atuar, mas não conseguimos. Já para a sociedade, o principal ganho está relacionado à diminuição da sonegação dos impostos, pois a fiscalização passará a ser ainda mais presente, o que também acarretará a redução da carga tributária.

Galeria de imagens da palestra



Confraternização 2012

VENHA COMEMORAR COM O SINFATE!

O SINFATE convida todos os filiados para a festa de confraternização 2012, no dia 06 de dezembro, às 21h, no Clube Monte Líbano. Confirme sua presença até o dia 22 de novembro, pelo telefone 3624 2605. Os convites individuais devem ser retirados até o dia 30 de novembro, na sede do Sindicato.

Mais informações podem ser obtidas pelo telefone 3624-2605.

Participe e celebre com o SINFATE as conquistas de 2012!

Mais uma vez, SINFATE cobra encaminhamento de reivindicações

A diretoria do SINFATE/MT cobrou o encaminhamento das reivindicações da categoria já apresentadas à Casa Civil, durante reunião realizada com o secretário-chefe, José Lacerda, no dia 04 de setembro. A pauta inclui o reajuste de 6,47%, referente à inflação de 2010, e que já deveria ter sido concedido em maio de 2011; o reajuste salarial de 5%; a incorporação da verba indenizatória (VI); e doação de um terreno para construção da sede da entidade.



Diante dos argumentos apresentados, o secretário se comprometeu em agendar reunião com os titulares das Secretarias de Estado de Administração (César Roberto Zílio) e de Fazenda (Marcel Souza de Cursi), para discutir as demandas da categoria e apresentar proposta. José Lacerda também prometeu encaminhar com o secretário de Administração o comodato de um terreno próximo ao Departamento Estadual de Trânsito (Detran/MT) para a construção da sede do SINFATE.

Contribuição dos inativos

Governo do Estado deve cumprir a Constituição Federal

A Justiça Estadual determinou ao governo do Estado, por meio da Secretaria de Estado de Administração (SAD), que cumpra a Constituição Federal no que se refere aos descontos da contribuição previdenciária dos inativos. A decisão é do desembargador Luiz Carlos da Costa, titular da Turma de Câmaras Cíveis Reunidas de Direito Público e Coletivo.

Conforme estabelece o parágrafo 18 do artigo 40 da Constituição Federal, "os descontos da contribuição previdenciária devem ser efetuados somente no valor que exceder o limite máximo estabelecido para os benefícios do Regime Geral da Previdência (INSS)". Apesar disso, o

governo de Mato Grosso efetua os descontos de contribuição previdenciária sobre os proventos integrais dos filiados ao SINFATE/MT.

O desembargador determinou que "o cálculo da contribuição previdenciária seja tão somente sobre o valor dos proventos que ultrapassar o teto estabelecido para os benefícios do regime geral de previdência social". O governo do Estado e a SAD têm o prazo de 10 dias para apresentar informações. O SINFATE orienta que os valores descontados a maior devem ser cobrados em ação individual e coloca o departamento jurídico à disposição para auxiliar nos pedidos de ressarcimento.

Café da manhã

Filiados comemoram Dia do Auditor Fiscal

O Dia do Auditor Fiscal, celebrado em 21 de setembro, foi comemorado pelos filiados no café da manhã organizado pelo SINFATE. Participaram do evento os Fiscais de Tributos Estaduais aposentados e ativos. A comemoração contou também com sorteio de brindes. O objetivo foi destacar a importância da categoria junto a Mato Grosso.

